



optaram por organizar um livro em que há diversidade de estudos sobre economia regional e, mais especificamente, sobre políticas para o desenvolvimento regional e local.

Os textos que compõem o livro discorrem sobre uma variedade de interpretações teóricas sobre o desenvolvimento regional e urbano. Delas decorrem propostas de políticas com influências keynesiana, schumpeteriana, marxista, neoclássica e estruturalista, além de outras mais ecléticas. Os temas relação entre globalização, nação e região, inovação, arranjos produtivos locais, regionalização, o papel das cidades, as teorias de crescimento endógeno, a nova geografia econômica e as novas técnicas de investigação empírica são discutidos a partir dos mais diversos pontos de vista. Para quem pensa o desenvolvimento regional e local, este livro abre um panorama de teorias e alternativas de políticas públicas.

Este livro, portanto, pode ser entendido como um antídoto para os que ficam atemorizados ou entediados com os “economistas do pensamento único”.



População  Economia

 Cedeplar



Ministério da Integração Nacional 

A chamada “globalização”, representada pelo fim das barreiras comerciais e pela livre movimentação do capital, juntamente com o desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações, forneceu campo fértil para o surgimento de interpretações teóricas que afirmavam ser possível a questão territorial ficar em segundo plano. Seria o fim da geografia econômica. Entretanto, após cerca de 20 anos deste processo, a problemática regional e urbana, principalmente sua grande disparidade, mantêm-se cada vez mais viva e retoma papel de destaque nas políticas públicas. Este livro é uma reflexão acerca desta retomada e procura fornecer ao leitor um referencial teórico atual e crítico, de forma a capacitá-lo a entender a dinâmica territorial e urbana recente e seus desdobramentos futuros.



Economia Regional e Urbana

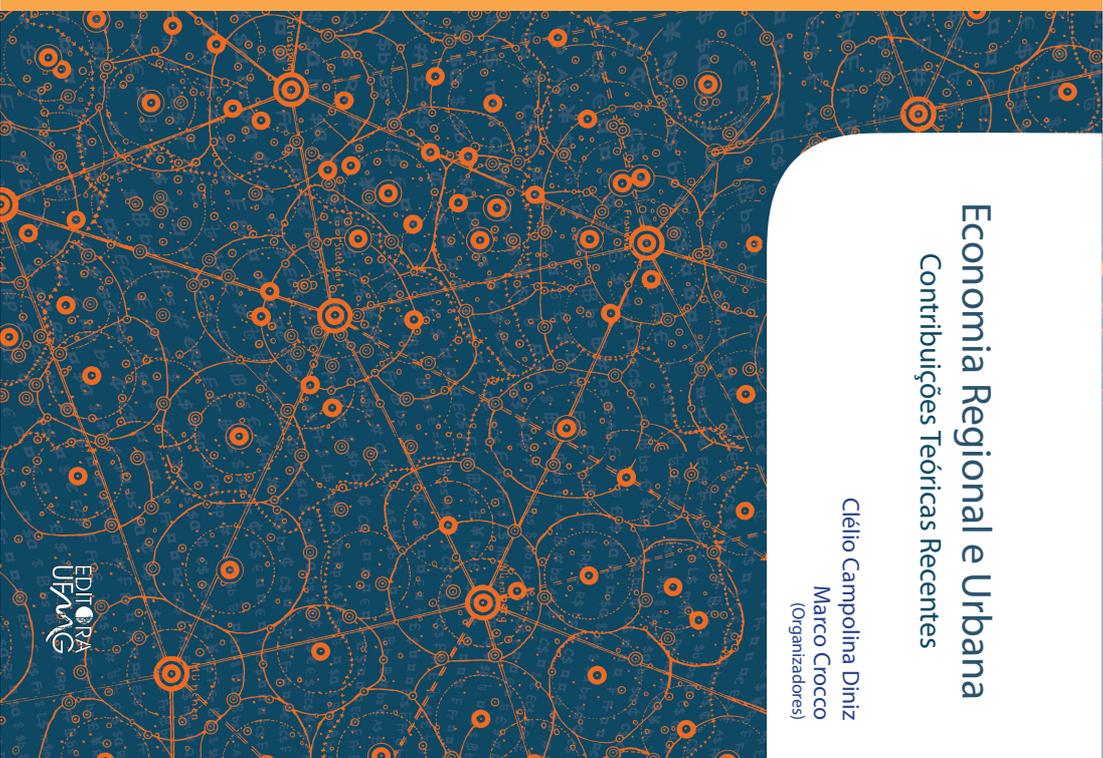
Contribuições Teóricas Recentes

Clélio Campolina Diniz
Marco Crocco
(Organizadores)

Economia Regional e Urbana

Contribuições Teóricas Recentes

Clélio Campolina Diniz
Marco Crocco
(Organizadores)



EDITORA
UFMG



O debate econômico tem se caracterizado pela recorrente afirmativa de que existe uma única política econômica a ser implementada. No entanto, esta afirmativa do “pensamento único”, da inevitabilidade de alternativas, não encontra respaldo em parte significativa da produção científica contemporânea. Preservando a melhor tradição acadêmica, em universidades do Brasil e do mundo, pesquisadores têm confrontado esta perspectiva por meio de uma elaboração crítica constante, na busca de um melhor entendimento do funcionamento da economia.

Este livro segue a linha de recusa ao “pensamento único” e trata do desenvolvimento econômico, algo raro no Brasil, pelo menos nas últimas décadas. Também discute as desigualdades regionais, presentes no país desde a época colonial e até hoje não superadas. Em suma, por tratar de algo raro o desenvolvimento e por lidar com um problema tão presente as disparidades regionais este livro já tem méritos.

Clélio Campolina e Marco Crocco, ambos do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG),



Economia Regional e Urbana

Contribuições Teóricas Recentes





Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Ana Lucia Almeida Gazzola

Vice-Reitor: Marcos Borato Viana

Editora UFMG

Diretor: Wander Melo Miranda

Vice-Diretora: Heloisa Maria Murgel Starling

Conselho Editorial

Wander Melo Miranda (presidente)

Carlos Antônio Leite Brandão

Heloisa Maria Murgel Starling

José Francisco Soares

Juarez Rocha Guimarães

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão





Clélio Campolina Diniz
Marco Crocco
ORGANIZADORES

Economia Regional e Urbana

Contribuições Teóricas Recentes

Belo Horizonte
Editora UFMG
2006





Editora UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Ala direita da Biblioteca Central - térreo
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3499-4650 - Fax: (31) 3499-4768
editora@ufmg.br / www.editora.ufmg.br

CEDEPLAR

Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - FACE/UFMG
Rua Curitiba, 832 - 9º andar - 30170-120 - Belo Horizonte /MG
Tel.: (31) 3279-9100
www.cedeplar.ufmg.br sg@cedeplar.ufmg.br
Diretor da FACE Clélio Campolina Diniz
Diretor do CEDEPLAR José Alberto Magno de Carvalho

Projeto gráfico	Marcelo Belico
Formatação e montagem de capa	
Editoração de textos	Eduardo Ferreira
Revisão e normalização	Ana Maria de Moraes e Lourdes da Silva do Nascimento
Revisão de provas	Ana Maria de Moraes, Sayonara A. Melo Gontijo e Vanessa Batista de Oliveira
Produção gráfica	Eduardo Ferreira

© 2005, Clélio Campolina Diniz, Marco Aurélio Crocco, Editora UFMG
Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido sem autorização escrita do Editor

E19 Economia regional e urbana / Clélio Campolina Diniz, Marco Aurélio Crocco. Orga-
nizadores. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

??? p. – (????????????????????)

Inclui referências.
ISBN: ??????????????????

??

CDD: ???????
CDU: ???????

Ficha catalográfica elaborada pela CCQC - Central de Controle de Qualidade da Catalogação da
Biblioteca Universitária da UFMG



Prefácio

O livro *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes* é uma coletânea pioneira de análises sobre as mais importantes interpretações atuais do desenvolvimento regional. Nasceu do desejo de organizar um acervo de idéias adequado para a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no país, que contasse com sólidas bases no debate acadêmico contemporâneo.

No decorrer do primeiro ano do governo Lula e sob a liderança do Ministro Ciro Gomes e da então Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Prof. Dra. Tânia Bacelar, decidiu-se organizar um projeto capaz de fornecer o lastro necessário à proposição da nova Política. Com esse intuito, optou-se por uma parceria com o Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais, um dos Centros mais tradicionais e respeitados na área, sob a liderança do Prof. Dr. Clélio Campolina Diniz. O CEDEPLAR assumiu a condição de núcleo principal de articulação do projeto, que contou ainda com a colaboração de diversos especialistas da questão regional brasileira.

O Projeto “Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro”, contratado pelo Ministério da Integração Nacional por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, foi uma referência importante para os primeiros momentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Produziu mais de duas dezenas de relatórios de pesquisa, que animaram uma seqüência de seminários com repercussão positiva, atraindo o interesse de técnicos de áreas governamentais afins e da Academia. Pelo mérito técnico-científico das contribuições, o Projeto realizado ganha, com a publicação em formato de livro, a possibilidade de obter mais ampla e merecida divulgação.

Finalmente, cabe assinalar que o projeto MI/IICA/FUNDEP/CEDEPLAR realizou outra ampla reflexão sobre diversas experiências internacionais de política de desenvolvimento regional, a ser publicada em novo volume desta série.

Antonio Carlos F. Galvão

*Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional
Ministério da Integração Nacional*



Sumário

Introdução – Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão

Clélio Campolina Diniz
Marco Crocco

As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização

Francisco de Oliveira

As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil

Roberto Luís Monte-Mór

Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local

Clélio Campolina Diniz
Fabiana Santos
Marco Crocco

As novas teorias do crescimento econômico – contribuição para a política regional

Lízia de Figueiredo

Políticas regionais na nova geografia econômica

Ricardo Machado Ruiz

Desenvolvimento econômico e a regionalização do território

Mauro Borges Lemos

Construir o espaço supra-local de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento: os novos arranjos institucionais

Carlos Antonio Brandão
Eduardo José Monteiro da Costa
Maria Abadia da Silva Alves



Mesorregiões como escala para políticas regionais: articulação de atores e gestão territorial

Pedro Silveira Bandeira

Métodos de análise regional: diagnóstico para o planejamento regional

Rodrigo Simões

Sobre os autores





As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil

Roberto Luís Monte-Mór

A emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo podem ser tomadas como quase consenso, expressam a inevitabilidade da centralidade do fato urbano, quando as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global e têm nas cidades seu principal espaço de comando. Ao mesmo tempo, expressam a escala local, da cidade e das referências socioespaciais, presentes e fortalecidas em qualquer escala de vida ampliada e sempre localizada.

A rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de amplitudes várias, do microrregional ao continental. As relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações internacionais, ganham hoje imensa complexidade diante da dimensão multiescalar, fragmentada e mutável (caleidoscópica, portanto) sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo, no mundo subdesenvolvido.

As teorias que tentaram explicar a transformação, o crescimento, o sentido e a função da cidade, para informar seus melhoramentos e/ou seu planejamento, tiveram grande importância nas intervenções feitas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade, em várias manifestações. Essas teorias, pensadas nos países do centro capitalista e apropriadas na periferia, muitas vezes representam “idéias fora do lugar” aplicadas em áreas seletivas e deixando grande parte das cidades como “lugares fora das idéias” (Maricato, 2000).



Entretanto, foi nas cidades (e no campo, com articulação nas cidades) que se construíram as forças socioculturais, econômicas e políticas que formaram o Brasil, produziram (e ainda o fazem) seu espaço urbano-regional. Das cidades coloniais às metrópoles atuais, os referenciais teóricos foram sendo redefinidos, adaptados e recriados para explicar processos socioespaciais e informar projetos políticos de classes e grupos de interesse, dentro e fora do Estado. Os “lugares fora das idéias”, nas suas diversas escalas das cidades ao espaço (incompletamente) urbanizado dos nossos dias, realimentam também os modos de ver a produção do espaço urbano e regional no Brasil, forjando, assim, nosso planejamento urbano e regional, na relação dialética entre as teorias advindas do capitalismo avançado e sua releitura entre nós.

Antecedentes: o Urbanismo Científico e as Teorias Sociais da Cidade

As intervenções urbanas com pretensões científicas iniciaram-se ao final do século XIX nas grandes metrópoles européias, com desdobramentos nas colônias e ex-colônias no resto do mundo.¹ A crise da metrópole industrial espelhava, de fato, a crise da transformação da sociedade burguesa capitalista, que trouxe para o centro do poder a classe trabalhadora, provocando enorme crescimento e expansão daquelas metrópoles.

O caso de Barcelona é dos mais conhecidos e importantes. O engenheiro urbanista Ildefons Cerdà projetou a extensão da cidade para além das muralhas, demolidas em 1854 — o Eixample, projeto arrojado na infra-estrutura sanitária, no sistema viário e no desenho de quarteirões integrados ao espaço urbano em praças internas. Treze anos depois, Cerdà publicou sua Teoria Geral da Urbanização, na qual consolidou os princípios técnicos da engenharia urbana que informaram por décadas os melhoramentos nas grandes cidades do mundo no início do século XX.

Entretanto, o caso mais emblemático, e que influenciou todo o mundo ocidental e suas colônias, é a famosa experiência do Barão Georges-Eugène Haussmann, em Paris, administrador do Sena entre 1853 e 1869, que projetou e implantou

¹ Françoise Choay (2000) organizou a mais conhecida coletânea abrangendo desde os *pré-urbanistas* do século XIX até os *urbanistas científicos* que os sucederam enquanto Leonardo Benevolo (1980; 1981) discorreu criticamente sobre as propostas urbanísticas, e Paul Rabinow (1989), por sua vez, discutiu de uma ótica foucaultiana o *urbanismo disciplinário* e alguns de seus desdobramentos no mundo colonial francês.

o que é considerado o primeiro plano regulador para uma metrópole moderna.² Haussmann apoiou-se, de um lado, nos trabalhos de engenharia urbana desenvolvidos desde o início do século na Escola Politécnica e que se fortaleceram enormemente a partir da Revolução de 1848; e, de outro, na força política e no interesse de Napoleão III, tão engajado no processo que a ele muitas vezes tem sido atribuída a autoria do esquema geral de racionalidade urbanística imposto a Paris, demolindo e construindo milhares de casas, implantando infra-estrutura e parques, abrindo grandes avenidas e dando à área central da cidade o sentido majestoso e a organização administrativa em vinte *arrondissements* que ainda perdura.

Visto hoje, o plano Haussmann expressou a forte intervenção do Estado sobre a parte central de uma metrópole industrial em intensa transformação, que chegou a 1870 com cerca de dois milhões de habitantes. À época, seu caráter autoritário e até arbitrário foi criticado por liberais, intelectuais e artistas por sua rigidez e pela destruição de áreas tradicionais da cidade.³ O plano, majestoso nos seus bulevares, avenidas e parques, não se articulava diretamente com a arquitetura grandiosa da cidade, rompendo assim com a compreensão urbano-arquitetônica unificada da cidade barroca que a antecedeu nas artes urbanas. Incorporava as preocupações higienistas que caracterizavam a cidade moderna: reforma e demolição de áreas e edificações degradadas em condições sanitárias precárias, além de ampliação e redefinição dos limites da cidade (como no caso de Barcelona).

No Brasil, foi o plano de Aarão Reis para a Capital de Minas (Belo Horizonte), na última década do século XIX, que aplicou com maior clareza e sucesso os princípios haussmannianos, acrescidos de elementos barrocos como no plano de Washington D. C. Em outras capitais estaduais, como Manaus e Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, além de cidades médias, como Santos, engenheiros engajados nos melhoramentos e reformas urbanas, como Saturnino de Brito, Pereira Passos (muito comparado a Haussmann) e Prestes Maia, incorporaram e empregaram seus ensinamentos nas diversas intervenções que fizeram nas cidades brasileiras.⁴ No contexto urbano do capitalismo periférico, os problemas técnicos que ocupavam médicos e engenheiros sanitaristas ligados às recém-implantadas escolas politécnicas não se confundiam com as questões arquitetônicas e

² O plano de Pierre Charles L'Éfant para Washington D. C., em 1791, resgatava o sentido barroco das cidades absolutistas, que foi retomado na Paris haussmanniana do século XIX e em Belo Horizonte, três décadas mais tarde. O plano de Nova York, em 1811, nega toda a tradição urbanística anterior adotando um traçado rígido e simplificado, em ruas e avenidas ortogonais sem qualquer perspectiva barroca e que responde às necessidades ultra-liberais e pragmáticas do espírito empreendedor capitalista norte-americano.

³ A experiência haussmanniana tem sido objeto de inúmeras análises e críticas por sua centralidade na questão urbanística do período heróico moderno. Em especial, ver o estudo de David Harvey (1985b).

⁴ Há inúmeros livros sobre essas experiências, podendo-se citar, entre os recentes, uma síntese histórica por Carlos Lessa (2000) e uma análise das ações higienistas no Rio de Janeiro, por Sidney Chalhoub (1996), além do trabalho de Hugo Segawa (2000) sobre São Paulo.

estéticas que preocupavam os arquitetos das escolas de Belas Artes. Entretanto, alguns engenheiros locais foram também influenciados por arquitetos urbanistas europeus que valorizavam os aspectos artísticos das cidades, como Saturnino de Brito, influenciado por Camilo Sitte (Monteiro de Andrade, 1992).

De fato, as influências que se seguem no Brasil — e no mundo — a partir do século XX são extremamente variadas e múltiplas em seus princípios, ora privilegiando aspectos racionais da ação individual articulados com o sentido de progresso, como nas propostas de Le Corbusier, ora articulados com o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades, como em Sitte e nas propostas de cidades-jardim de Ebenezer Howard. Além dessas duas correntes mais influentes, às quais Choay (2000) chamou “progressista” e “culturalista”, outras podem ser identificadas, como o “naturalismo” norte-americano de Frank Lloyd Wright, herdeiro da tradição jeffersoniana, ou o “organicismo” do biólogo Patrick Geddes.⁵

No Brasil, em que pesem os impactos de várias dessas correntes urbanísticas, como a citada influência de Camilo Sitte, ou a influência das cidades-jardim, diretamente com Ebenezer Howard ou indiretamente com Unwin e Parker, não há dúvidas sobre a predominância da vertente progressista, capitaneada entre nós por Le Corbusier. Tanto na arquitetura moderna brasileira, consolidada nos anos 1930 com o projeto do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, quanto no urbanismo progressista representado na nova capital federal construída ao final da década de 1950, essa corrente consolidou, no bojo de suas várias adaptações e redefinições, o sentido de modernidade que marcou o país em seu processo inicial de urbanização sob a égide da industrialização substitutiva de importações, período que se estendeu, com fases distintas, até o golpe militar de 1964.

Entretanto, paralelamente aos ditames e às influências do urbanismo dito científico, de inspiração utópica ou não, as teorias sociais sobre a cidade e a organização do espaço urbano foram se desenvolvendo também entre nós. De um lado, a tradição da sociologia urbana norte-americana da Escola de Chicago, com suas variações entre a abordagem cultural e a abordagem dita “ecológica”; de outro, as influências da economia regional e urbana, que se consolidam em torno da Ciência Regional a partir da contribuição decisiva de Walter Isard.

De fato, a abordagem ecológica é reconhecida como o primeiro esforço teórico abrangente para uma abordagem social compreensiva da cidade, ganhando força nos Estados Unidos no período entre as grandes guerras, particularmente em Chicago, onde o intenso crescimento urbano-industrial produzia grande diferenciação de concentrações humanas e funcionais no território urbano, gerando o que ficou conhecido como “mosaico urbano”: a justaposição de diversos tipos

⁵ Choay (2000) apresenta e discute as diversas correntes do urbanismo que se formam ao longo do século XIX e se fortalecem no mundo no início do século XX.

de usos do solo formando uma aglomeração metropolitana que se distinguiu claramente da cidade tradicional.

Robert Ezra Park, na Universidade de Chicago, foi o principal estudioso a se debruçar sobre a problemática da cidade, buscando suas bases teóricas em diversos campos do conhecimento, como a filosofia, a psicologia, a sociologia e a ciência natural da evolução darwiniana.⁶ Park centrou-se na transformação das relações de competição, tomadas como inerentes à sobrevivência do indivíduo em uma comunidade, e na emergência e na construção de consensos e objetivos comuns, tomadas como elementos da constituição de uma sociedade.⁷ O sentido ecológico desta abordagem tinha seu foco no conceito de *área natural* desenvolvido por Park, assumindo que as forças competitivas naturais tendem a produzir um equilíbrio também “natural” de adaptação social ao ambiente urbano. A identificação de processos necessários de competição, dominação, sucessão e invasão de áreas naturais informou o modelo de organização e expansão urbana mais conhecido, com cinco zonas concêntricas propostas por Ernest Burgess (Park et al., 1925), resultando em uma segregação “natural” de valores e interesses comuns e, a médio prazo, levando ao famoso “mosaico urbano”.

O viés espacialista (no caso, viés também naturalista) implícito nesta abordagem ecológica encontra paralelos na economia e no planejamento urbano e regional, no qual ações centradas na produção de formas espaciais e na organização do espaço foram tomadas como determinantes dos processos sociais que deveriam se desenvolver, dando origem ao conhecido *vício espacialista*.⁸ Assim, algumas teorias desenvolvidas no âmbito da economia urbana (e regional) resgataram estudos encetados desde o século XIX por economistas e geógrafos alemães, como Johann Heinrich von Thünen, Walter Christaller, Alfred Weber e August Lösch, que propuseram padrões de organização de redes de cidades (tomadas como lugares centrais) e de localização de indústrias e atividades primárias e terciárias em função dos custos de transportes, de mão-de-obra e de energia, entre outros fatores, como também da renda da terra e da centralidade dos bens e serviços, definindo tamanhos e vantagens da aglomeração de atividades

⁶ Saunders (1986:52-66) identifica como influências de Park, autores diversos como George Simmel, Auguste Comte, Herbert Spencer, e W. I. Thomas, além de Émile Durkheim e Charles Darwin como suas bases metodológica e teórica, respectivamente.

⁷ O conflito entre a dimensão natural (nesse caso, vista como biológica) e a dimensão artificial (ou social) da vida humana marca diversas abordagens que informaram as teorias sociais da cidade, estando também presente na dimensão da cultura urbana, parcialmente herdeira de Park e Simmel, mas também influenciada por autores como Ferdinand Tönnies, com seus conceitos de *Gemeinschaft*, referido à vontade ou pulsão natural, e *Gesellschaft*, referido à vontade racional ou intelectual (Tönnies e Loomis, 2002).

⁸ Vários autores criticaram o *vício espacialista* no planejamento regional e urbano, entre eles, Gore (1984). O problema teórico-metodológico implícito na observação fenomênica, e sua generalização para processos sociais, continua em debate, opondo os métodos positivista e dialético. Markusen (1987) tratou esta questão ao argumentar que o conceito espacialista de região não corresponde aos processos sociais em que se busca analisar os diversos interesses organizados em torno do território.

(economias), assim como a amplitude das várias áreas de mercado. Em todos os casos, a dimensão espacial foi reduzida a suas referências euclidianas e simplificada com alto grau de abstração, assim como nos modelos da ecologia urbana.

Paralelamente desenvolvia-se, em íntima associação dentro da própria Chicago, nova vertente culturalista que tomava a forma urbana como indicadora de um novo modo de vida, bebendo nos ensinamentos de Simmel e Tönnies, entre outros. As relações entre comunidade e sociedade continuavam em questão, e os estudos de Simmel sobre a vida mental nas metrópoles modernas (industriais) relacionavam as dimensões individuais com as formas sociais em construção. Variações em aspectos como o tamanho do grupo social, a natureza de suas relações e a heterogeneidade dos seus elementos componentes (em Simmel, a divisão do trabalho) geravam transformações tanto nos indivíduos quanto nas sociedades que eles integravam. Dessa forma, as mudanças em curso nas grandes cidades industriais refletiam as transformações que ocorriam na sociedade capitalista ocidental, ainda que isto não estivesse inteiramente claro para aqueles estudiosos.

Louis Wirth, pupilo tanto de Simmel quanto de Park, produziu em 1938 o famoso artigo teórico “O urbanismo como modo de vida” (Wirth, 1979), que, definitivamente, marcou a corrente da *cultura urbana* da sociologia americana. Centrando-se nos aspectos de tamanho, densidade e heterogeneidade, Wirth combinou aspectos da ecologia humana desenvolvidos por Park com as novas formas de associação humana e seus impactos no desenvolvimento de uma personalidade urbana, trabalhados por Simmel. Wirth produziu, então, dois tipos ideais correspondentes ao rural e ao urbano, reforçando essa dicotomia e definindo-a em termos de comunidades distintas dentro de um *continuum* demarcado por dois pólos extremos: de um lado, o urbano e, no limite, a metrópole industrial; de outro, a comunidade rural ou *folk*. Robert Redfield (1941), outro aluno de Park, fez pesquisas em Yucatán, no México, e descreveu os elementos centrais de uma sociedade rural (*folk*), reforçando, assim, as hipóteses de Wirth de que os tipos ideais (de inspiração weberiana) poderiam descrever a sociedade moderna em transformação, caminhando de uma forma social (e ecológica) rural em direção a uma forma mais complexa de organização urbana, própria da grande cidade (apesar de poder conter elementos rurais no seu interior).

A explicação e o referencial teórico da *cultura urbana*, definindo o urbanismo (e, por oposição, o ruralismo) como um modo de vida, informou as percepções da cidade e do processo de modernização da sociedade por várias décadas. A urbanização passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade da transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor), com aprofundamento da divisão do trabalho, libertação das amarras da vida rural, sua complexificação e integração à vida cidadina.

Entretanto, talvez a principal herança prático-teórica desse período entre-guerras para o planejamento urbano tenha sido o zoneamento do uso do solo que,

inspirado na famosa Carta de Atenas,⁹ produzida pelos urbanistas progressistas europeus, ganhou dimensões mais expressivas quando suportado pelas teorias sociais e econômicas gestadas nos Estados Unidos. De fato, o zoneamento proposto em Atenas ainda informa, de modo mais ou menos rígido, a grande maioria dos planos urbanos realizados no país.

As necessidades crescentes de impor uma “ordem disciplinária” (Boyer, 1983) ao espaço da cidade, de modo a evitar ou minimizar os conflitos potenciais decorrentes da justaposição no espaço urbano das múltiplas classes, etnias, credos e culturas sob a égide do capital e hegemonia da burguesia, fizeram com que as propostas racionalistas ampliassem sua influência no planejamento de cidades. No limite, buscava-se impor à divisão social do trabalho na cidade a hierarquia, a rigidez e a lógica da divisão técnica do trabalho na fábrica. No Brasil, cidades monoindustriais, como Volta Redonda e Ipatinga, dentre muitas, espelharam em seu planejamento esse modelo de urbanismo subordinado à lógica produtiva industrial, hierarquizando rigidamente os espaços urbanos e os serviços ligados à reprodução segundo o papel funcional no processo de produção.¹⁰

A expansão metropolitana advinda do avanço da industrialização e a conseqüente urbanização (extensiva), particularmente nos Estados Unidos, mas com grande influência sobre outros países centrais no pós-guerra, contribuiu para estender os pressupostos da centralidade urbano-industrial a todo o espaço urbanizado. Diante disso, a metrópole fragmentou-se, segundo imagens sugeridas pela Escola de Chicago, provocando a saída das classes mais ricas do espaço do poder, gerando uma suburbanização despolitizada e abandonada à sua própria sorte. Nos contextos ricos, como o das cidades norte-americanas, essa suburbanização significou uma extensão bipolar da malha urbana que redefiniu o mosaico gerando novas centralidades ligadas a regiões abastadas e outras atendendo às concentrações de populações pobres e parcialmente marginalizadas. A extensão das condições urbano-industriais a essa periferia urbana/metropolitana permitiu a emergência de novas cidades e de megacidades, deixando as áreas centrais tradicionais para ocupação da população migrante que buscava se inserir no contexto urbano. Nesse sentido, confirmava algumas propostas apresentadas pela Escola de Chicago.

Em outros contextos, entretanto, como em países europeus que viram suas metrópoles (e rede de cidades) reestruturadas no pós-guerra, a extensão da mancha

⁹ A Carta de Atenas reuniu as conclusões e propostas básicas de um grupo de arquitetos e urbanistas progressistas que participaram de um périplo pelas ilhas gregas nos anos 1920, por ocasião do 4º CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Definindo as quatro funções básicas do homem como habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito (além da preservação de monumentos históricos), a Carta de Atenas propunha o zoneamento da cidade segundo essas quatro funções principais, aprofundando assim o zoneamento urbano que já era incipiente. No limite, estruturas urbanas rigidamente organizadas, como aquela proposta para Brasília, espelhariam a ordem ideal para o *habitat* humano.

¹⁰ Esse tema foi explorado em maior profundidade em outros trabalhos (Costa, 1979; Costa e Monte-Mór, 1995; Monte-Mór, 1981).

urbana e a suburbanização geradas pela onda internacional da industrialização fordista produziram periferias pobres, organizadas, na maioria das vezes, em grandes conjuntos habitacionais inspirados no modelo progressista em que se concentraram populações de imigrantes excluídos do centro da economia e do espaço do poder, alimentando, assim, os conflitos que viriam a explodir ao final dos anos 1960 e que ainda se agravam nas grandes cidades.

Em países subdesenvolvidos, de industrialização fordista periférica e incompleta, como o Brasil, os espaços “incompletamente organizados” (Santos, 1978) e as periferias urbanas precárias proliferam com áreas de sub-habitação e ausência de serviços urbanos e sociais básicos. Essa suburbanização precária que se iniciou nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, com a industrialização substitutiva de importações, produziu periferias pobres parcialmente integradas à dinâmica urbana. A expansão do modelo fordista a partir dos anos 1960, contrariamente à expectativa de maior inclusão social, resultou no agravamento das condições de exclusão urbana, como veremos à frente, nos desdobramentos no Brasil do planejamento urbano do pós-guerra.

O Planejamento Urbano: da Habitação e Transportes ao Enfoque Compreensivo

Relatos da problemática habitacional nos países centrais, e também em cidades coloniais, inclusive nos Estados Unidos, estavam presentes desde o século XVIII, antes mesmo da Revolução Industrial, quando foram observadas ações reguladoras e restritivas quanto a qualidade da moradia, prevenção contra incêndios e ocupação de áreas de risco, dentre outras. No século XIX, com o advento da cidade industrial, a questão habitacional ganhou maior centralidade, na medida em que constituía demanda vital dos trabalhadores, surgindo assim políticas habitacionais específicas, voltadas para a construção de vilas operárias pelas próprias empresas industriais, mas também pelo Estado, em alguns casos. A questão habitacional tornou-se objeto central de política nas cidades, e o conhecido tratamento do tema por Engels, em paralelo à análise da situação da classe operária na Inglaterra, o atesta. A explosão da cidade de Londres sobre suas periferias e os problemas ambientais (sanitários) e de transportes daí derivados logo se articularam com a questão habitacional, e tentativas para enfrentar esta questão a partir do Estado estavam presentes na legislação, não apenas na Inglaterra, mas também em vários países onde a industrialização se manifesta,¹¹ por todo o século XIX estendendo-se no século XX.

¹¹ Peter Hall (1989) apresenta visão geral com viés anglo-saxão e Hohenberg e Lees (1985) abordam o caso europeu. Foglesong (1986) faz excelente leitura crítica marxista da experiência norte-americana até 1920 e Boyer (1983) se apóia em Foucault para questionar o “mito do planejamento urbano” nos Estados Unidos.

A habitação, entendida também como uma questão político-ideológica garantindo a hegemonia burguesa no centro das cidades, espaço da riqueza, do poder e da “festa”, somou-se às demandas por áreas e conjuntos habitacionais nas periferias em apoio ao processo de industrialização que trouxe grandes levas de trabalhadores para as cidades. Essas periferias urbanas das grandes metrópoles industriais assistiram, assim, a grandes investimentos ligados à reprodução coletiva da força de trabalho, centrada nos dois serviços urbanos principais requeridos pela produção: a habitação, elemento fundamental para a reprodução da força de trabalho, e o transporte público, requisito central para o acesso ao trabalho. À medida que as distâncias das periferias ao centro — ou, poder-se-ia dizer, do tecido-urbano industrial periférico à cidade — aumentam, a importância do sistema público de transportes cresce. Nas metrópoles dos países centrais — e de alguns periféricos, como a Argentina —, o investimento em transporte ferroviário urbano torna-se prioritário, determinante e indutor do processo de expansão urbana e metropolitana.

Paralelamente à expansão do tecido urbano, apoiada na habitação popular e no transporte público, a valorização dos espaços centrais da cidade torna-se prioritária para reafirmar o pacto do progresso e da modernidade, complementando a estratégia de classe da burguesia na sua consolidação no espaço do poder.¹² Os melhoramentos urbanos e, particularmente, o embelezamento das áreas urbanas centrais com a construção de grandes parques urbanos e de praças adornadas com arte pública, equipamentos culturais e prédios públicos de inspiração neoclássica (greco-romana) e/ou eclética (combinando várias culturas) caracterizaram o movimento chamado *City Beautiful* por Foglesong (1986), baseando-se no arquiteto Daniel Burnham, expoente da Escola de Arquitetura de Chicago que, juntamente com Louis Sullivan e outros, planejou a área central de Chicago.¹³

Entre as influências e as ações sobre as grandes cidades que se difundiram no mundo, com forte participação das experiências norte-americanas,¹⁴ estão as tentativas de redução do crescimento das cidades que buscaram inspiração nas propostas culturalistas, em particular, na cidade-jardim howardiana, utilizada em suas versões mais puras, como também em versão adaptada à cidade monoindustrial (as *company towns*) e, finalmente, em suas adaptações como subúrbios anexos às grandes cidades, segundo a proposição de Unwin e Parker.¹⁵

¹² O argumento da “estratégia de classes” no processo de exclusão da classe trabalhadora do espaço do poder, presente desde as intervenções de inspiração haussmanniana, é devido a Lefebvre (1969).

¹³ Sobre Chicago e seu desenvolvimento paradigmático, ver o excelente livro de William Cronon (1991).

¹⁴ Cabe ressaltar o fato de que as propostas utópicas européias se deram em outras topias, fora da Europa, sendo a América do Norte um dos espaços privilegiados para a “u-topia européia”.

¹⁵ Raymond Unwin e Barry Parker, arquitetos ingleses da Associação das Garden-Cities, construíram a primeira cidade-jardim em Letchworth e também o Hampstead Garden Suburb (Choay, 2000: 219-232).

Exemplos desta tipologia nas cidades brasileiras e latino-americanas são vários, particularmente em São Paulo e em cidades monoindustriais, como já citado.

Entretanto, no Brasil e em outras partes do mundo, os pressupostos progressistas prevaleceram na organização da cidade grande, materializados no zoneamento e no controle do uso do solo. O zoneamento e a regulação do uso do solo urbano visavam resolver uma contradição central da cidade capitalista: o conflito entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas de integração e resposta à cooperação implícita no espaço urbano. A criação de comissões e/ou órgãos técnicos de planejamento local respondia ao caráter supostamente isento e independente face aos interesses específicos, mascarando de fato o processo de despolitização que se impôs à cidade e à sua expansão, subordinando-a cada vez mais às necessidades das várias frações do capital e das classes dominantes.

O Planejamento Urbano-Regional: Produzindo o Espaço do Capital Industrial

O planejamento urbano e local, que se consolidou com a expansão do taylorismo no processo industrial capitalista, buscou construir nas cidades e áreas urbanas periféricas a organização espacial que melhor atendesse às demandas crescentes da indústria, que capitaneava o crescimento econômico cada vez mais sob a égide do fordismo.¹⁶

Entretanto, os anos que sucederam a crise do capitalismo de 1929 viram a questão urbana ser cada vez mais redefinida em função de uma problemática regional que recolocava as cidades como os centros, ou nós, de um sistema econômico organizado em bases regionais e/ou nacionais. Nos Estados Unidos, a experiência do Vale do Tennessee, institucionalizada na agência regional — a TVA, Tennessee Valley Authority — serviu como exemplo para outras experiências no mundo, como o Mezzogiorno no Sul da Itália e o Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. Preocupações com a hierarquia urbana, a rede de cidades e sua inter-relação tornaram-se correntes, articulando cada vez mais as dimensões urbanas e regionais.

¹⁶ O termo fordismo é aqui usado no sentido da corrente regulacionista, implicando não apenas uma forma de organização do trabalho do interior do processo de produção, mas também um regime de acumulação e um modo de regulação particulares do estágio do capitalismo apoiado nas grandes empresas, nas grandes organizações sindicais e na presença, maior ou menor, do Estado do Bem-Estar. O termo fordismo, apropriado pelos regulacionistas franceses, foi cunhado por Antonio Gramsci (Gramsci, Hoare e Nowell-Smith, 1971) e implicava diversos aspectos da cultura norte-americana articulados à produção capitaneada pelas formas de organização do trabalho nas empresas de Henri Ford.

De fato, a emergência da questão regional deslocou o eixo do problema urbano da esfera social e da organização intra-urbana para a esfera do econômico, tendo os espaços regionais e nacional e a organização interurbana como pontos programáticos principais. A preocupação com a articulação cidade-região, implícita na experiência do TVA, ganhou força na Grã-Bretanha com os trabalhos da Comissão Barlow (1937-1940), antes mesmo da guerra. A crise do capitalismo havia evidenciado a problemática das regiões deprimidas que, no contexto do fordismo em expansão, constituíam perda no aproveitamento de recursos humanos e naturais no processo de produção, além de reduzir ganhos potenciais pela fragilidade do consumo naquelas regiões. A Comissão Barlow, uma comissão para a distribuição geográfica da população industrial que, além de propor recomendações para as fragilidades regionais britânicas (incluindo Escócia e País de Gales), identificou uma excessiva concentração industrial em poucas áreas e regiões e unificou as três escalas do planejamento espacial — urbana, regional e nacional —, ressaltando os problemas da concentração populacional, econômica e industrial nas metrópoles (Hall, 1989).

A questão urbano-regional havia definitivamente ganhado dimensão estratégica para o crescimento econômico nacional, e o planejamento, tomado de empréstimo da experiência socialista e adaptado ao receituário keynesiano e à democracia burguesa¹⁷ do capitalismo industrial de Estado, tornou-se instrumento central para a propulsão do novo ciclo de desenvolvimento prometido ao final da Segunda Grande Guerra.¹⁸ A “máquina de planejamento do pós-guerra” (Hall, 1989), montada na Inglaterra e nos Estados Unidos, espalhou-se, com base nos organismos internacionais, por todo o mundo ocidental, com impacto particularmente intenso na América Latina e no Brasil.

No Brasil, os esforços preliminares encetados pelo Estado Novo para equipar o país com institucionalidade burocrática racionalizante, planejamento da ocupação do espaço regional, equipamento de setores nas grandes cidades para a industrialização substitutiva de importações e instrumentos financeiros para o investimento público, entre outras medidas, ganharam dimensão muito mais expressiva durante a guerra com os acordos de Washington e principalmente no pós-guerra, com as ações e o apoio técnico dos recém-criados organismos internacionais e das missões americanas no país.¹⁹

¹⁷ Karl Mannheim (1972) foi o principal responsável pela defesa do planejamento no contexto democrático.

¹⁸ Desenvolvimento é tomado aqui com base em Celso Furtado (1978), que o definiu como a expressão internacional da ideologia do progresso que marcou os pactos sociais nacionais no século XIX.

¹⁹ Depois do Plano Salte, em 1949, missões americanas proliferaram no início dos anos 50 criando bases para o planejamento como prática governamental consolidada no Plano de Metas da campanha Kubitschek. Ver Daland (1967), para uma síntese do planejamento no Brasil até o governo militar e Monte-Mór (1980), para sua relação com o planejamento urbano e regional.

A influência dos organismos internacionais, particularmente a Cepal — Comissão Econômica para a América Latina —, e do Ilpes — Instituto Latino-Americano para a Pesquisa Econômica e Social — sobre o planejamento regional, a criação da Sudene — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — e a organização do Estado para o planejamento foi significativa em várias partes do país. Entretanto, a problemática urbana não teve a mesma relevância e referencial teórico. O concurso para o projeto e a construção de Brasília, na segunda metade dos anos 1950, realizado nos moldes do urbanismo clássico e restrito a arquitetos e engenheiros, espelhou com clareza essa distância entre os problemas do planejamento urbano-regional e o problema das cidades, que continuava a ser considerado apenas no caso de grandes projetos públicos, seja na criação de novas cidades capitais (estaduais ou nacional), seja em grandes projetos na expansão da fronteira agrícola ou grandes projetos industriais, como os já citados. Tratava-se ainda de um “urbanismo de luxo” (Monte-Mór, 1980).

Entretanto, já existiam no país outras correntes de planejamento que se ligavam ao movimento de politização da questão urbana no mundo, particularmente o Economia e Humanismo, liderado por Henri Lefebvre e o grupo situacionista na França e que, no Brasil, teve sua expressão maior no grupo Sigmacs — a Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. Com sede em São Paulo e liderado pelo Padre Le Bret, o Sigmacs atuou em várias metrópoles e cidades médias do país, incluindo cientistas sociais oriundos de várias disciplinas no planejamento urbano e colocando em pauta as questões que viriam a conformar o debate sobre a repolitização das cidades — e do espaço social — nas décadas seguintes.

Grupos acadêmicos, como o Cepeu — Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos —, da Universidade de São Paulo, e instituições nascidas no contexto dos municípios, como o IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal —, já vinham desenvolvendo estudos e pesquisas sobre as cidades de forma articulada às questões sociais, políticas e administrativas locais. No Rio Grande do Sul, uma visão ampliada da problemática municipal surgiu, em Porto Alegre, na Secretaria de Governo do Estado, que produziu dez planos diretores entre 1939 e 1945 (Serfhou, 1971). Ainda que restritos a propostas sobre os aspectos físico-urbanísticos, os planos diretores incorporaram preocupações econômicas e administrativas relativas ao planejamento e à implantação das ações propostas. De fato, as preocupações crescentes com bens públicos e serviços de caráter social fizeram o urbanismo ampliar sua visão para incorporar a inserção no contexto regional, movendo-se em direção à “planificação espacial” e aproximando-se, cada vez mais, da problemática regional. As preocupações com a dimensão metropolitana seriam uma consequência lógica desse percurso nas décadas seguintes.

A institucionalização do planejamento urbano e regional no Brasil, a partir do golpe militar de 1964, deu-se com base em questões suscitadas ainda no contexto da problemática traçada nas cidades pelo urbanismo, tendo no centro

das suas políticas a questão da habitação. Apesar da tentativa de vincular a questão da habitação ao planejamento urbano, subordinando, em tese, o Banco Nacional da Habitação ao sistema de planejamento montado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — Serfhau —, os recursos foram concentrados no BNH, fazendo com que a cabeça do sistema ficasse extremamente frágil diante de um corpo inchado. A montagem de um sistema voluntário e compulsório de poupança carreou recursos para investimentos públicos e privados na produção do espaço urbano e regional, e logo se percebeu que a população pobre do país não tinha recursos para arcar com novas habitações ou mesmo com o processo de urbanização. O sistema de planejamento urbano local, pensado de baixo para cima montado a partir das demandas municipais, opunha-se frontalmente a todo o sistema de planejamento econômico montado no país de cima para baixo, baseado na concentração de recursos nas mãos do governo federal depois da reforma tributária de 1966/1967. Estava, assim, fadado ao fracasso já no seu nascedouro.²⁰ O “falso problema” da habitação impôs-se sobre o “problema” do urbanismo, ou do planejamento urbano (Bolaffi, 1975), mas foi logo superado pela impossibilidade econômica da população carente e da política social, baseada em leis de mercado, de resolver o problema habitacional, deslocando assim os recursos para a produção do espaço urbano e regional.

Os investimentos foram, então, concentrados nas áreas centrais das grandes cidades do país, particularmente no Sudeste, voltando-se para expandir as condições urbano-industriais de produção que permitiriam a expansão do consumo dos bens duráveis que a produção industrial fordista montava no país. As periferias metropolitanas e das capitais e cidades médias cresceram enormemente nas décadas de 1960 e 1970. Assim também, a necessidade de expandir e integrar mercados de bens duráveis alimentou a expansão urbano-industrial em todo o território nacional, incluindo a fronteira amazônica (Becker, 1982). As preocupações geopolíticas dos militares estenderam os sistemas de transportes e de comunicações, assim como outros braços do Estado, por todo o território, incluindo a legislação trabalhista, os seguros sociais, os serviços de saúde e educação, o sistema bancário, enfim, todo o aparato que podemos reunir sob o rótulo de condições gerais de produção.²¹

A extensão dessas condições urbano-industriais virtualmente a todo o espaço nacional criou as bases para a integração espacial sob a égide do urbano: a *urbanização extensiva*.

²⁰ Esta discussão, já abordada por vários autores, foi tratada com maior cuidado em Monte-Mór (1980).

²¹ A retomada do conceito marxista de *condições gerais de produção* pelos teóricos franceses neomarxistas (Lojkine, 1981; Topalov, 1979) inseriu-se no debate das contradições da urbanização capitalista no contexto do “capitalismo monopolista de Estado”. Sua extensão para incluir regulação e legislação do trabalho, encargos trabalhistas e previdenciários e serviços públicos e privados requeridos pela produção implica sua ampliação, sendo aqui referida também como *condições urbano-industriais*.

Crise e Explosão da Cidade: a Consolidação do Urbano

Os anos 1960 mudaram o eixo das interpretações das questões urbanas. As teorias sociais ligadas à corrente hegemônica da modernização capitalista foram sendo contestadas pela revolução cultural e pela emergência das múltiplas vozes no contexto mundial, desde os povos que se libertaram do jugo colonial até os vários grupos étnicos, religiosos, sexuais e ideológicos que se organizaram para manifestação política na cidade. A crise do capitalismo, manifestada nos choques do petróleo e na redução dos níveis de acumulação ligados ao modo fordista de organização da economia, trouxe à tona a crise do Estado, erodido em seu papel regulador das relações capital e trabalho, de provedor da infra-estrutura exigida pelo capital e de suporte à reprodução coletiva da força de trabalho. O Estado do Bem-Estar, aparentemente consolidado nos países centrais e em processo de reorganização nos países periféricos, ainda que restrito aos núcleos urbanos industriais e aos setores modernos da economia, começou a se mostrar inviável e incapaz de garantir os níveis de conforto e consumo exigidos pelas camadas ricas da população.

A crise fiscal do Estado, identificada no início dos anos 1970 (O'Connor, 1973, 1987; Poulantzas e Brunhoff, 1976) e logo manifestada nas cidades, particularmente em Nova York (Castells, 1989), lançou as bases para a redefinição do papel do Estado na década seguinte. A cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento começou a ser vista como a cidade do capital. Um conjunto de estudos críticos sobre a cidade, informados pela economia política e, mais particularmente, pelo neomarxismo começou a fazer escola entre os estudiosos da questão urbana e regional. Manuel Castells (1977c) e David Harvey (1975) são considerados os dois principais autores que deram forma inicial às formulações críticas dos estudos urbanos e regionais de cunho marxista.

Henri Lefebvre foi sem dúvida outro autor de importância vital nessa área, mas teve menor influência naqueles anos por não ter tido sua obra traduzida para o inglês tão precocemente e também por ter sido objeto de crítica inicial pelos dois autores citados, Castells e Harvey. Entretanto, entre 1968 e 1970, Lefebvre abordou criticamente a questão urbana de ângulos complementares, reunindo escritos sobre a transformação "do rural ao urbano", o "direito à cidade", a "vida cotidiana no mundo moderno" expressa na sociedade hiper-repressiva (no limite, terrorista) do "capitalismo burocrático de consumo dirigido", na sistematização crítica da "cidade do capital" extraída dos escritos de Marx e Engels e, finalmente, na "revolução urbana" (Lefebvre, 1968, 1971, 1976, 1999a, 1999b).

Depois de mostrar o deslocamento da problemática contemporânea do rural para o urbano; de denunciar a estratégia de classes para exclusão das classes trabalhadoras do espaço do poder, a cidade; e de mostrar o caráter repressivo da sociedade burocrática de consumo dirigido que se forjara no capitalismo

industrial, Lefebvre concluiu anunciando a sociedade urbana virtual que trazia no seu bojo um processo revolucionário centrado na práxis urbana, a politização do espaço de vida. Incompreendido e criticado por seus pares, Lefebvre voltou-se então, em 1972, para o entendimento de como o capitalismo sobrevivia: reproduzindo as relações de produção através da produção do espaço (Lefebvre, 1978). Como que respondendo a seus críticos, em 1974, Lefebvre desloca a questão metafórica da urbanização para se focalizar no seu cerne: a produção do espaço (Lefebvre, 1991a).²²

De fato, o processo de urbanização sugerido por Lefebvre, incluindo uma nova politização em gestação nas cidades, logo veio a se manifestar, obrigando alguns de seus críticos a correrem atrás dos processos dos quais ele foi arauto. Assim, ainda na década de 1970, Castells (1976; 1977a; 1977b) escrevia sobre os movimentos sociais urbanos que proliferavam nas cidades, para, logo em seguida, dedicar-se ao tema da politização do espaço de forma mais ampla, abrangendo diversos movimentos de cidadania que se articulavam a partir da questão da reprodução, urbana e ambiental (Castells, 1983). Harvey também se dedicou à questão da “consciência urbana”, não apenas no período contemporâneo, mas buscando suas raízes no século XIX (Harvey, 1985a, 1985b).

No Brasil, a questão do direito à cidade foi bastante (e precocemente) apreendida já nos anos 1960, ainda que parcialmente reprimida no bojo das discussões das reformas urbanas e das remoções de favelas e de populações de áreas pobres degradadas para conjuntos de periferia, dos quais Cidade de Deus é hoje um caso exemplar. A revolução urbana, todavia, só recentemente começou a ser apreendida em sua compreensão maior. Em 1978, Francisco de Oliveira (1978) identificava a natureza real da urbanização brasileira no seu famoso texto conhecido como “o ovo de Colombo”: trata-se da extensão a todo o espaço nacional das relações de produção capitalistas. Segundo Oliveira, não havia mais problemas agrários, todos os problemas nacionais eram agora urbanos.

Parece, entretanto, haver aqui uma confusão. Os problemas rurais podem ter desaparecido, mas a questão agrária certamente permanece na medida em que a terra (improdutiva) continua concentrada nas mãos de poucos e persiste no país uma massa de trabalhadores em busca de terras para cultivo e vida. Entretanto, não são trabalhadores rurais no sentido literal, mas sim trabalhadores sem terra, advindos de um contexto urbano, em sua maioria, e em busca de condições urbanas para sua vida agrária: escolas, saúde, transportes, comunicações, energia, condições sanitárias, segurança pública, lazer etc. Em outras palavras, o campo se urbanizou rapidamente à medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, estenderam-se para além dos limites legais do espaço

²² Muito se tem escrito nos últimos anos sobre a obra de Henri Lefebvre relacionada com a questão urbana. Entre os muitos autores, ver (Lefebvre, Kofman e Lebas, 1996) e (Soja, 1989, 1996). No Brasil, desde 2001 os ENAs – Encontros Anuais da Anpur – dedicam uma sessão à discussão dos trabalhos de Lefebvre.

urbano e ganharam a dimensão regional e mesmo nacional. Ao fazê-lo, o tecido urbano no qual essas condições se apoiavam carregou consigo o germe da *polis*, da *civitas*, dando origem ao processo que chamei, em outros trabalhos, de *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994, 2003, 2004). Trata-se de uma metáfora para indicar que o urbano, tomado agora como um substantivo e não apenas como adjetivo da cidade, ganhou virtualmente dimensões globais representando todo o espaço social, ele todo agora equipado com as condições urbano-industriais, prenhe das relações de produção capitalistas e (re)politizado a partir da *práxis* gerada nas centralidades urbanas.

O urbano, aqui visto como um substantivo e não apenas como atributo da cidade, torna-se assim o terceiro elemento na dialética entre campo e cidade, contendo elementos de ambas as partes, mas trazendo consigo as especificidades de um terceiro termo.²³ A contradição cidade-campo tende assim a se dissolver e a se combinar no urbano, e ao campo se impõe outra contradição, desta vez entre a urbanização, que privilegia as questões ligadas à reprodução e à lógica imposta pelo espaço social, produzido, gerido e apropriado acima de tudo como valor de uso coletivo, e a industrialização, que privilegia as questões da produção e a lógica imposta pelo espaço abstrato ou econômico, sob o domínio da acumulação e do valor de troca.

Paralelamente, países periféricos, como o Brasil, sofreram uma intensa e rápida urbanização que reestruturou todo seu espaço urbano-regional e com ele a sociedade e a própria natureza do espaço social e econômico. A reestruturação iniciou-se nas cidades grandes e médias e particularmente nas metrópoles, no bojo das transformações na estrutura produtiva ditada pela “tríplice aliança” (Evans, 1979): a associação entre o Estado, o capital estrangeiro, envolvido na produção de bens de consumo durável, e o capital nacional, ao qual coube acima de tudo a produção do espaço centrando-se nos bens intermediários e na própria construção civil.

Nesse sentido, alguns conceitos neomarxistas oriundos da corrente estruturalista francesa, de inspiração em Louis Althusser, foram centrais para informar os processos da produção capitalista do espaço urbano. Manuel Castells contribuiu com o conceito de *meios de consumo coletivo*, argumentando que caberia ao espaço urbano, no capitalismo, a tarefa precípua de reproduzir coletivamente a força de trabalho, sendo assim o *locus* privilegiado dos meios de consumo coletivos, necessários para o consumo individual (particularmente, no fordismo, poderíamos hoje acrescentar) (Castells, 1977b, 1977c). O trabalho de Castells foi criticado por limitar a função da cidade no capitalismo à reprodução coletiva da força de trabalho, e outros autores, como Christian Topalov e Jean Lojkin, resgataram em Marx o conceito de *condições gerais da produção*, ampliando-o para se referir aos valores de uso complexo exigidos pelo capital e pelo trabalho

²³ A dialética da tríade é contribuição teórica de Henri Lefebvre (1991a); ver (Martins, 1996; Soja, 1996).

em suas versões contemporâneas fordistas. Esses enfoques, e particularmente o conceito de meios de consumo coletivo, foram muito influentes em toda a América Latina que sofria, em várias de suas regiões, um intenso processo de urbanização associado à industrialização de base fordista, no qual o Estado jogava um papel fundamental e contraditório (como o próprio Castells descreveu para partes do território francês).

A compreensão do papel das condições gerais (urbano-industriais) de produção e de sua extensão ao espaço social como um todo, todavia, foi menos generalizada, e velhas dicotomias, como campo-cidade, permaneceram (e permanecem) presentes, às vezes vistas de forma acirrada, principalmente entre estudiosos centrados nos estudos agrários e que parecem não ter sido capazes de perceber as grandes transformações do campo no Brasil. Estudiosos da questão metropolitana e urbana muitas vezes não puderam transcender os limites dos perímetros urbanos para perceber o processo de urbanização na sua dimensão regional e mesmo nacional, ficando restritos às problemáticas locais.

Discursos Contemporâneos

As transformações que as áreas urbanas e os espaços regionais vêm sofrendo com o processo contemporâneo conhecido como globalização, em que a compressão temporal e espacial dos processos sociais e a articulação quase sincrônica de fragmentos seletivos se impõe, integrando-os em escalas diversas, têm gerado uma multiplicidade de discursos sobre as cidades e os espaços regionais a elas articulados. Novamente, a grande maioria dos discursos tem surgido nos países capitalistas centrais, com destaque para os Estados Unidos, que constituem o referencial maior para as transformações e manifestações atuais. Sua pertinência, aplicação e/ou eventual adaptação aos problemas que o capitalismo contemporâneo provoca no Brasil (e em outros países periféricos) dependerá também da forma como forem compreendidos pelos vários agentes da produção do espaço, tratados e elaborados nos discursos acadêmicos e eventualmente incorporados às políticas públicas.

Os discursos aqui brevemente apresentados e discutidos podem ser desdobrados em vários outros subdiscursos correlatos, tal como vêm sendo tratados por vários autores, com nuances e variações que dizem respeito a especificidades de enfoques observados nos países centrais.²⁴ Entretanto, interessa-nos acima de

²⁴ Os discursos aqui apresentados têm como referência primeira a sistematização feita por Edward Soja nos seus "seis discursos sobre a pós-metrópole". É interessante ressaltar que Soja afirma que os estudos da pós-metrópole são baseados em Los Angeles mas se aplicam, em graus e medidas diferentes, às cidades contemporâneas mundo afora, literalmente "in Peoria, Scunthorpe, Belo Horizonte, and Kaohsiung, with varying intensities to be sure and never in exactly the same way." (Soja, 2000: xvii)

tudo identificar grandes tendências no contexto mundial, como elas se manifestam no Brasil e quais seriam as adaptações necessárias à compreensão dos seus desdobramentos na periferia capitalista.

O discurso mais relevante, talvez, e certamente o mais generalizado, diz respeito ao processo de globalização que se apóia no sistema de cidades mundiais e globais. John Friedmann foi dos primeiros autores a tratar especificamente da cidade mundial como uma hipótese, dialogando com Immanuel Wallerstein, que, nos anos 1970, construiu a hipótese de um sistema-mundo (Wallerstein, 1974), Andrew Gunder Frank, Samir Amin, entre outros. De fato, François Perroux, em seu *Economia do século XX*, já propunha, nos anos 1960, que se pensasse a economia mundial a partir de sistemas polarizados em sua teoria do espaço econômico (Perroux, 1961). Friedmann identificou grandes concentrações urbanas às quais chamou “cidades mundiais”, polarizadoras dos espaços econômicos, tendo as multinacionais como atores privilegiados e principais organizadoras da divisão internacional do trabalho e redefinindo uma hierarquia urbana mundial que deslocava a articulação do crescimento econômico e da acumulação capitalista do nível nacional para o nível internacional. Entretanto, as cidades mundiais de Friedmann, diferentemente da proposta teórica perrouxiana e das colocações hoje feitas sobre a economia globalizada, tratam ainda de economias nacionais articuladas e não de fragmentos sub e supranacionais globalmente articulados.

Assim, Saskia Sassen (1991) foi quem, nos anos 1990, melhor e mais amplamente sistematizou o paradigma das cidades globais. Identificou Nova York, Londres e Tokyo como as três grandes cidades que comandam os espaços econômicos integrados em suas respectivas áreas de influência e articulam os fragmentos de espaços nacionais e regionais através das redes também globalizadas de cidades, descolando-as, assim, das economias nacionais ou de um caráter internacional. Definiu também as cidades globais como centros de comando dessa economia globalizada (e fragmentada), que constituem também os principais centros de inovação na produção e no consumo de novos produtos e se articulam entre si em um processo mais cooperativo do que competitivo.

Segundo Soja (2000), trata-se de fato da “globalização do espaço da cidade” sob o signo da “Cosmopolis”, tornado possível pela sincronicidade dos processos espaciais de nossos dias.²⁵ Nesse sentido, Castells (1989), ao descrever os processos contidos na “cidade informacional” onde o *espaço de fluxos* se impõe sobre o *espaço de lugares* e estabelece novos nexos, gera novos atores, novos poderes, e produz novas lógicas de organização social e econômica, articulando

²⁵ Uma questão de importância crescente nas discussões políticas mundiais diz respeito à cidadania global, no contexto da Cosmopolis. Não será abordada aqui, não por ser pouco importante ou pertinente, mas por uma preocupação em privilegiar a cidadania nacional, ainda que manifestações da cidadania global estejam cada vez mais presentes em nosso espaço urbano-regional, permeado por ações políticas integradas ao cenário global, via sociedade civil organizada e/ou o próprio Estado. Sobre o tema, ver Isin (2000, 2002).

os fragmentos dos espaços globalizados. A dinâmica da acumulação capitalista modifica-se nessa cidade globalmente pensada ou organizada segundo os interesses distantes, em suas manifestações locais.²⁶

No Brasil, diversas tentativas de discussão das implicações entre o global e o local têm sido discutidas. Entre essas tentativas, uma resenha bibliográfica apresenta diversos enfoques sobre esse conceito e as implicações da cidade global para o entendimento da questão local (Compans, 1999) e outro estudo discute possíveis desdobramentos, implicações e alternativas para São Paulo como cidade mundial (Marques e Torres, 2000). Entretanto, muito há que se caminhar no sentido de entender o papel de São Paulo, e mesmo do Rio de Janeiro, nessa articulação mundial e/ou global.

Entretanto, os impactos da nova ordem mundial no espaço urbano e regional são também retratados, e em alguns aspectos com maior clareza, nos estudos que buscam entender a reorganização do espaço a partir da reestruturação da metrópole industrial pós-fordista que, segundo Soja (2000), espelha a “reestruturação da economia geopolítica do urbanismo”. Trata-se de entender, a partir deste objeto ambíguo e difuso que é a pós-metrópole, um espaço urbano-regional que guarda a especificidade de uma urbanidade metropolitana, mas que muito já se distanciou da idéia ou conceito de cidade. Acredito que o conceito de “área urbana” reflita melhor o processo extensivo de urbanização relativamente concentrada contido na idéia de pós-metrópole.

A metrópole industrial pós-fordista apóia-se, antes de tudo, na premissa de que a manufatura ainda importa e, portanto, a indústria ainda comanda o intenso processo de (re)organização do espaço (ou da economia geopolítica do espaço urbano). Não se trata, portanto, de metrópoles terciárias, como em parte sugere o discurso anterior, da cidade global, centro terciário de comando e gestão de partes do espaço econômico mundial. A metrópole pós-fordista é também a “metrópole flexível”, com múltiplas interdependências locais imóveis articuladas a forças reestruturadoras locais e distantes. Trata-se de incluir discursos que implicam relações cidade-região e, nesse aspecto, autores como Michael Storper (Storper, 1997; Storper e Scott, 1992) e Allen Scott (Scott, 1988, 1993), da chamada “escola californiana” também de Edward Soja (Scott e Soja, 1996), insistem em entender a organização geoeconômica (e geopolítica) do espaço a partir dessas relações ampliadas entre centralidade urbana e articulação regional. Jane Jacobs (1985) é outra autora que discute a economia urbana a partir das articulações urbano-regionais, afirmando que a metrópole contemporânea só pode se desenvolver aprofundando as relações de complementaridade e a divisão do trabalho com seu entorno.

²⁶ É interessante notar que a discussão entre “ordem próxima e ordem distante” é cara aos estudiosos do espaço que têm em Lefebvre uma referência teórica principal; ver Limonad (2003).

O resultado desse processo extensivo da urbanização sobre seu entorno remete a outro discurso consentâneo, que privilegia a estruturação espacial a que Soja chama *Exopolis*. Trata-se da explosão da metrópole sobre seu entorno, muito à semelhança do processo duplo de explosão/implosão descrito por Lefebvre (1999b) em sua “revolução urbana”: a cidade, invadida pela indústria, implode sobre sua centralidade e explode na forma de tecido urbano sobre seu entorno. A fragmentação da metrópole — e por extensão, da cidade — e a emergência de subúrbios autônomos — as *edge cities* descritas por Garreau (1991), ou o urbanismo pós-moderno descrito por Ellin (1996), podem ser trazidos para este contexto, entre outras abordagens semelhantes. Multipolarização, hibridismo socioespacial, reificação de diferenças, construção de heterotopias e múltiplas e por vezes surpreendentes articulações cidade-campo e cidade-região marcam este discurso e modo de pensar o espaço (pós)metropolitano contemporâneo.

Nesse sentido, essa urbanização reestruturada pela (pós)metrópole é também a “metrópole fractal”, onde o mosaico se reestrutura, se flexibiliza e se transforma em caleidoscópio, com fragmentos multiarticulados, em escalas diversas e intensidades variadas. A cada mudança conjuntural expressiva, com tendência a se mostrar estrutural, na taxa de juros, na conjuntura política nacional ou local, no comércio exterior ou no preço da energia, as peças saem do lugar, se reorganizam e novo desenho aparece no espaço urbano-regional. Assim também, como sugerido em outros modelos e discursos que privilegiam aspectos da segregação socioespacial e da fragmentação da área urbana em polaridades diversas, por vezes opostas e em conflito real ou virtual, o espaço social resultante é também central e periférico, cada vez mais complexo em suas múltiplas centralidades e interdependências próximas e distantes.

A exópolis e/ou a metrópole fractal delinea-se entre nós a cada dia com maior clareza e força, na medida em que a reestruturação do espaço econômico e social se aprofunda. Não são apenas as metrópoles que assim se comportam, mas o espaço resultante da urbanização extensiva mostra também essas articulações múltiplas, na periferia das regiões mais ricas e antigas do Sudeste brasileiro ou na fronteira de recursos onde cidades nascem e crescem com rapidez já em estreita interdependência, articulação e especialização complementar a outras cidades médias e pequenas na sua área de interação imediata, próxima ou mesmo remota. A existência de um serviço urbano e/ou social em outra cidade na microrregião pode significar uma opção por investir em outro tipo de serviço que seja complementar, aprofundando as articulações intermunicipais sob a forma de consórcios, associações e outros instrumentos de gestão.

Nas metrópoles, a periferação da pobreza nas décadas anteriores dá lugar a uma periferação crescente das populações ricas e médias, fechando-se em condomínios, buscando simulacros do campo e mesmo da cidade, em unidades semi-autônomas, que recriam, em negativo, o “arquipélago carcerário” de outro discurso contemporâneo (Davis, 1990, 1998). A “sociedade (hiper)repressiva”

descrita por Lefebvre (Lefebvre, 1991b) ao final dos anos 1960, tendo como horizonte a “sociedade terrorista”, ganha forma acabada na pós-metrópole do início do novo século.

Entre nós, ricos e pobres fecham seus espaços de vida, aumentam sua segregação socioespacial e aprofundam as lutas de classes travestidas de vários matizes na cidade, no campo, nas florestas, nos espaços de fluxos das drogas, das armas, do dinheiro lavado. A cidade do espetáculo, a cidade-empresa neoliberal, a cidade que busca se inserir nos circuitos do capital financeiro e do capital do entretenimento, do turismo e no circuito dos grandes espetáculos esportivos, das grandes exposições e dos parques temáticos, enfim, na construção de novos imaginários da cidade e da vida futura, se perde também em células fechadas onde as heterotopias são impossíveis e apenas a vida entre iguais é segura. A cidade do simulacro, das simulações, das articulações distantes no espaço e no tempo é cada dia mais virtual, não apenas no sentido da representação do espaço social nas imagens “fotoshopadas” das telinhas da televisão e/ou do computador, mas virtual no sentido lefebvriano, isto é, do futuro que já está contido no presente, que o informa e que lhe dá a forma atual. A modificação desse virtual, tanto no sentido do resgate da utopia quanto no do processo das lutas políticas que herdamos da repolitização do espaço urbano e da vida quotidiana, implica o avanço nas reivindicações do direito à cidade e à cidadania, extensiva no país e, eventualmente, no espaço globalizado. A compreensão do processo de produção do espaço urbano no qual virtualmente todos vivemos é um dos primeiros passos mais importantes para a emancipação do homem-cidadão contemporâneo.

Referências Bibliográficas

- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BENEVOLO, L. *The history of the city*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1980.
- BENEVOLO, L. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1981.
- BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. Comunicação apresentada no Simpósio de Habitação da XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo. 1975. 34p. mimeo.
- BOYER, M. C. *Dreaming the rational city: the myth of American city planning*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.
- CASTELLS, M. *Movimientos sociales urbanos en América Latina: tendencias históricas y problemas teóricos*. Lima: Taller de Estudios Urbano Industriales; Programa Académico de Ciencias Sociales; Pontificia Universidad Católica, 1976.
- CASTELLS, M. *Ciudad, democracia y socialismo: la experiencia de las asociaciones de vecinos en Madrid*. Siglo veintiuno de España, 1977a.

- CASTELLS, M. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. Trad. M. L. Viveiros de Castro. In: POULANTZAS, N. (Ed.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977b. p. 159-188.
- CASTELLS, M. *The urban question: a Marxist approach*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977c.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- CASTELLS, M. *The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford, UK ; Cambridge, Mass.: B. Blackwell, 1989.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHOAY, F. *O urbanismo*. 5. ed. Trad. D. N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2000. v. 67.
- COMPANS, R. O paradigma das Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, 1, p. 91-114, 1999.
- COSTA, G. M. *O processo de formação do espaço das cidades mono-industriais*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.
- COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. Trabalho apresentado no VI ENA — Encontro Nacional da Anpur, 6, Brasília, 1995.
- CRONON, W. *Nature's metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton, 1991.
- DALAND, R. T. *Brazilian planning: development, politics, and administration*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1967.
- DAVIS, M. *City of quartz: excavating the future in Los Angeles*. London; New York: Verso, 1990.
- DAVIS, M. *Ecology of fear: Los Angeles and the imagination of disaster*. New York: Metropolitan Books, 1998.
- ELLIN, N. *Postmodern urbanism*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996.
- EVANS, P. B. *Dependent development: the alliance of multinational, state, and local capital in Brazil*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1979.
- FOGLESONG, R. E. *Planning the capitalist city: the colonial era to the 1920s*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1986.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GARREAU, J. *Edge city: life on the new frontier*. New York: Doubleday, 1991.
- GORE, C. G. *Regions in question: space, development theory, and regional policy*. London; New York: Methuen, 1984.
- GRAMSCI, A.; HOARE, Q.; NOWELL-SMITH, G. (Ed.). *Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci*. London: Lawrence & Wishart, 1971.
- HALL, P. G. *Urban and regional planning*. London; Boston: Unwin Hyman, 1989.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. London: Edward Arnold, 1975.
- HARVEY, D. *Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization*. Baltimore, Md.: John Hopkins University Press, 1985a.
- HARVEY, D. Paris, 1850-1870. In: HARVEY, D. (Ed.). *Consciousness and the urban experience: studies in the history and theory of capitalist urbanization*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985b. p. 63-220.
- HOHENBERG, P. M.; LEES, L. H. *The making of urban Europe, 1000-1950*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

- ISIN, E. F. *Democracy, citizenship, and the global city*. London; New York: Routledge, 2000.
- ISIN, E. F. *Being political: genealogies of citizenship*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- JACOBS, J. *Cities and the wealth of nations: principles of economic life*. New York: Vintage Books, 1985.
- LEFEBVRE, H. *Le Droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. *Everyday life in the modern world*. New York: Harper & Row, 1971.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Buenos Aires: Lotus Mare.
- LEFEBVRE, H. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production* repr. London: Allison & Busby, 1978.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford, OX, Cambridge; UK, Mass., USA: Blackwell, 1991a.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. A. J. d. Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991b. *Sociologia e Política*: v. 24.
- LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Trad. M. H. R. Ramos e M. Jamur. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999a.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Trad. S. Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999b.
- LEFEBVRE, H.; KOFMAN, E.; LEBAS, E. *Writings on cities*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.
- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- LIMONAD, E. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: [s.l.], 2003. (GECEL – UFF. CD-ROM, Trabalhos apresentados na Sessão Livre: Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante. X Encontro Nacional da ANPUR. – Belo Horizonte.).
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. Trad. E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. Trad. M. Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. (Ed.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MARKUSEN, A. R. *Regions: the economics and politics of territory*. Totowa, N.J.: Rowman & Littlefield, 1987.
- MARQUES, E.; TORRES, H. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. *Novos Estudos Cebrap*, 56, p. 139-168, 2000.
- MARTINS, J. d. S. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. d. S. (Ed.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-24.
- MONTEIRO DE ANDRADE, C. R. De Vienna a Santos: Camilo Sitte e Saturnido de Brito. In: MONTEIRO DE ANDRADE, C. R. (Ed.). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 206-234.
- MONTE-MÓR, R. L. Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- MONTE-MÓR, R. L. *Do urbanismo à política urbana: notas sobre o caso brasileiro*. Belo Horizonte, 1981. (mimeo.).

- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil. In: RASSI NETO, E.; BÓGUS, C. M. (Ed.). *Saúde nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada*. Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil. 2003. p. 79-95. v. 3.
- MONTE-MÓR, R. L. *Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. Ph.D. Thesis. University of California, Los Angeles (UCLA), Los Angeles. 2004.
- O'CONNOR, J. *The fiscal crisis of the state*. New York: St. Martin's Press, 1973.
- O'CONNOR, J. *The meaning of crisis: a theoretical introduction*. Oxford, UK; New York, USA: B. Blackwell, 1987.
- OLIVEIRA, F. d. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. Á. (Ed.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PARK, R. E. et al. *The city*. Chicago, Ill.: The University of Chicago Press, 1925.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.
- POULANTZAS, N. A.; BRUNHOFF, S. d. *La crise de l'État*. Paris: PUF, 1976.
- RABINOW, P. *French modern: norms and forms of the social environment*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1989.
- REDFIELD, R. *The folk culture of Yucatan*. Chicago, Ill.: The University of Chicago Press, 1941.
- SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Trad. S. Lencioni. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.
- SAUNDERS, P. *Social theory and the urban question*. 2nd ed. New York: Holmes & Meyer Pubs, 1986.
- SCOTT, A. J. *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- SCOTT, A. J. *Technopolis: high-technology industry and regional development in southern California*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- SCOTT, A. J.; SOJA, E. W. *The city: Los Angeles and urban theory at the end of the twentieth century*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- SEGAWA, H. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SERFHAU. Seminário de Desenvolvimento Urbano e Local. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOCAL. *Anais...* Brasília, 1971.
- SOJA, E. W. *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London; New York: Verso, 1989.
- SOJA, E. W. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford; Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 2000.
- STORPER, M. *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York; London: Guilford, 1997.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. *Pathways to industrialization and regional development*. London; New York: Routledge, 1992.

TÖNNIES, F.; LOOMIS, C. P. *Community and society = Gemeinschaft und Gesellschaft*. Mineola, N.Y.: Dover Publications, 2002.

TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico, 1979.

WALLERSTEIN, I. M. *The modern world-system*. New York: Academic Press, 1974.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Ed.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.